

O PESSOAL É POLÍTICO: as estratégias político-comunicativas da mobilização #ExposedCG¹

PEOPLE ARE POLITICAL: the political-communicative strategies of the #ExposedCG mobilization

Ariadna Thalia Zortea Braz ²
Katarini Miguel³

Resumo: Investigamos aqui as estratégias político-comunicativas para incentivo à participação de mulheres reladoras de violência sexual em manifestações voltadas para o compartilhamento de experiências na internet, bem como as potencialidades e as limitações dos sites de redes sociais como meios de empoderamento para os feminismos contemporâneos. Para tanto, acionamos a interseccionalidade como práxis crítica e empregamos técnicas da Análise de Conteúdo em 1.705 tweets indexados à #ExposedCG – mobilização voltada para exposição de assediadores, em recorte regional, no município de Campo Grande (MS) - nos dias 1º e 2 de junho de 2020. Complementamos os resultados com entrevistas semiestruturadas em profundidade com duas mobilizadoras, e problematizamos os aspectos presentes em manifestações no X/Twitter que favorecem o engajamento e o consequente enfrentamento da violência contra a mulher.

Palavras-Chave: Feminismos 1. Interseccionalidade 2. Redes sociais digitais 3.

Abstract: We investigate the political-communicative strategies for encouraging the participation of women who have reported sexual violence in demonstrations aimed at sharing experiences on the internet, as well as the potential and limitations of social networking sites as a means of empowerment for contemporary feminisms. To do this, we used intersectionality as a critical praxis and employed Content Analysis techniques on 1,705 tweets indexed to #ExposedCG - a mobilization aimed at exposing harassers, with a regional focus, in Campo Grande (MS) - on 1 and 2 June 2020. We complemented the results with in-depth semi-structured interviews with two mobilizers, and problematized the aspects present in demonstrations on X/Twitter that favor engagement and the consequent confrontation of violence against women.

Keywords: Feminisms 1. Intersectionality 2. Digital social media 3.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação, Gêneros e Sexualidades”. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Jornalista, Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ariadna.t.braz@ufms.br.

³ Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Pós-Doutorado sênior do CNPq na FAAC/Unesp. katarini.miguel@ufms.br

1. Agenciando as redes sociais

Os ativismos contemporâneos reconheceram a internet como um espaço privilegiado, onde emergem constantemente novas formas de experimentação política na atualidade. Por meio das redes sociais digitais, verificamos transformações importantes para a organização dos movimentos sociais, como a difusão de suas pautas, ainda que reconheçamos que tais lugares sejam projetados para a monetização, controle e vigilância das grandes corporações neoliberais.

Enxergamos, ao longo dos anos, a utilização de diversas estratégias e táticas comunicativas por parte das mobilizações para incentivo ao diálogo, interação e momentos de esfera pública, conectadas e efêmeras (Miguel, 2014) e uma delas é a partilha social acerca da realidade de diferentes mulheres, dispostas a se ouvir e se fazer ouvidas. A divulgação de relatos pessoais por meio das tecnologias digitais integra uma estratégia para assumir o controle das narrativas perante as opressões e as violências que lhes são cotidianas, sejam elas físicas, morais, sexuais, psicológicas, patrimoniais e/ou simbólicas; somadas ao cenário de misoginia online e ataques coordenados às dissidências de gênero.

Um exemplo é a prática do *Exposed*, um tipo de *e-protests* reflexo de movimentos como o *#MeToo* e o *#MeuPrimeiroAssédio*⁴, que utiliza os sites de redes sociais para divulgar casos de assédio sexual e moral, relacionamentos abusivos, agressões e estupros, além de alcançar apoiadores para o movimento feminista ou em prol do combate à violência contra a mulher. Entre maio e julho de 2020, o movimento *#Exposed*, somado ao nome da cidade em que as relatoras moram, ganhou adeptas de diversos municípios brasileiros. Houve participantes de Brasília (DF), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Aracaju (SE), e em Campo Grande (MS), que nos interessa diretamente como espaço da nossa pesquisa e atuação. A *#ExposedCG* reuniu milhares de histórias contadas por mulheres durante a primeira e segunda onda da Covid-19, período que, como veremos, oportunizou o alcance da iniciativa. A *hashtag* alcançou o *Trending Topics* do então *Twitter*, agora *X*, em 2 de junho de 2020, em consonância

⁴ O movimento *#MeToo* surgiu em 2017 nos sites de redes sociais como uma forma de denúncia de abusos sexuais por homens poderosos da indústria cinematográfica nos Estados Unidos. A *hashtag* viral espalhou-se em todo o mundo e gerou ações similares. Já a campanha *#MeuPrimeiroAssédio* foi criada pelo Think Olga em 2015 e replicada mais de 82 mil vezes, entre tweets e retweets, gerando propostas similares como a *#FirstHarassment* na Inglaterra e nos Estados Unidos, conforme explica Cristiane Costa (2018, p. 48). A ação surgiu em apoio a Valentina Schulz, na época com 12 anos, alvo de comentários de cunho sexual da internet durante a participação no reality de culinária produzido pela TV Bandeirantes, *MasterChef Júnior*.

com movimentos de protesto como a campanha *Black Lives Matter*, sobre a morte de George Floyd, e atos do grupo *hacker* ativista *Anonymous Brasil*, como a divulgação de dados confidenciais do ex-presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e ministros⁵.

Especialmente sobre a violência de gênero, o compartilhamento das narrativas possibilita a compreensão conjunta de características e condições estruturais da sociedade, como os atravessamentos de distintos marcadores - tais como gênero, raça, classe social, faixa etária, sexualidade, entre outros-, que modelam e delimitam as suas experiências enquanto mulheres. Dessa forma, percebemos que o que se pensava ser individual, é, na verdade, um problema comum, com uma causa social e uma solução política (hooks, 2019).

Assim posto, entendemos que as possibilidades oferecidas pela internet promovem a geração do capital social, compreendido aqui como “as relações de proximidade no espaço físico (geográfico), sustentadas e perpetuadas por indivíduos que compartilham, de forma direta e diária, opiniões, valores e objetivos que possibilitam a construção de redes e a colaboração recíproca” (Maia, 2017, p. 67). E é com esse capital social que as sujeitas poderão reconhecer a proximidade e a afinidade entre seus interesses e coordenar ações efetivas.

Apesar de serem visões otimistas e entusiastas, a ausência de lideranças formais em movimentos como a *#ExposedCG* reforça a proposta de que os ciberativismos incidem nas plataformas e interfaces públicas digitais como parte de uma estratégia política, ainda que esses espaços sejam “marcados por suas origens militares, masculinas, brancas, norte-americanas e europeias” (Sarmiento, 2021, p. 26), somados ao recrudescimento de grupos conservadores e à lógica de polarização política.

Nesta esteira de resistências, apresentamos aqui a síntese de uma ampla pesquisa de mestrado que mapeou os aspectos presentes nessas manifestações - por meio da Análise de Conteúdo do *Twitter/X* e de entrevistas em profundidade - que favoreceram o engajamento das sul-mato-grossenses na hashtag *exposed* e problematizaram o papel das mobilizações em rede no enfrentamento aos assédios.

⁵ O assassinato de George Floyd gerou revolta social e uma onda de protestos antirracistas e contra a violência policial nos Estados Unidos e em diversas cidades de todo mundo. A morte em 25 de maio de 2020 desencadeou a internacionalização do movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). O caso rendeu desdobramentos no dia 31 de maio de 2020, a partir do ressurgimento do grupo de hackers Anonymous, criado em 2003. A organização internacional ameaçou expor os crimes cometidos pela polícia em todo o mundo e fez uma convocatória aos hackerativistas. No Brasil, o perfil Anonymous Brasil voltou a ativa após três anos sem manifestações e publicizou, em 2 de junho de 2020, dados pessoais do ex-presidente, familiares e ministros.

2. Ativismos feministas desde o Sul

A partir do reconhecimento do potencial das TICs, os coletivos feministas vêm se multiplicando no país e “produzindo conteúdos que veiculam as pautas das mulheres, convocam sua participação política e mantêm uma rede de comunicação ativa, solidária e heterogênea de grupos e comunidades” (Germano *et. al.*, 2019, p. 480). Ainda na década de 1990, organizações como a *Women’s Networking Support Programme* surgem para a oferecer treinamentos com vistas a criação de uma forte rede de mulheres baseada na internet.

Segundo Raysa Sarmiento (2021, p. 19), as narrativas em rede de maior visibilidade demandam temáticas específicas e estão relacionadas a grupos e regiões do país singulares. No caso da *#ExposedCG*, a articulação entre gênero e o território ganha extrema importância, sobretudo quando reconhecemos as diversas opressões e silenciamentos empregados para as localidades fora do eixo Sul-Sudeste.

A partir dessas pautas e identidades diversas, a potencialização política e estratégica de diversos grupos ativistas, atravessada por múltiplas configurações identitárias, unifica o pessoal e o coletivo, parte do local e demanda seus locais de fala (Hollanda, 2020, p. 12). Ainda em 1993, Kimberlé Crenshaw já afirmava que as mulheres vinham se organizando contra as violências que moldavam suas vidas nos últimos 20 anos. Por meio do compartilhamento de experiências, elas reconheciam as demandas políticas e transformavam a forma em que entendiam suas realidades.

Dessa forma, os feminismos vêm sendo revisitados, desconfiando de saberes e poderes considerados universais e que, muitas vezes, reproduzem um imaginário social marcado pelos efeitos da colonização, que colocam as mulheres latino-americanas como “sexualmente hiperativas” e trazem marcas profundas para a construção das relações de poder atuais.

Os feminismos em rede oportunizam a difusão de diferentes ideias, atentando-se às intersecções de raça, classe, sexualidade e gênero, que atravessam as práticas diárias. Esse movimento que nos permite enxergar o cruzamento entre as avenidas identitárias e as suas interações com estruturas como o racismo, o cisheteropatriarcado e o capitalismo, começa muito antes das mobilizações em rede (Akotirene, 2019).

As redes sociotécnicas da contemporaneidade, não no sentido neutro, mas como reprodutoras de uma dinâmica social, intensificaram as possibilidades de expressão “para potencializar o fazer revolucionário e ativista”, por exemplo, de mulheres negras, como coloca Glenda Cardozo (2022). A autora defende a superação das brechas digitais, moldadas por

marcadores de gênero e raça, que são determinantes no acesso à internet, quanti e qualitativamente, passando pela negligência na literacia digital e ausência de mulheres desenvolvedoras na produção, desenho e governança da tecnologia digital⁶.

Voltando à relativa gênese do termo, Crenshaw (2002, p. 177) definiu “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, evidenciando como “ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. Isso porque as mulheres racializadas e de outros grupos marcados por múltiplas opressões “estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas as vias” (Crenshaw, 2002, p. 177). Nesse contexto, as desvantagens interagem com as vulnerabilidades preexistentes.

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 15-16) definem os marcos interseccionais como uma ferramenta analítica, visto que “ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, [a interseccionalidade] adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social” (Collins; Bilge, 2021, p. 46). Ou seja, essa abordagem investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais e as experiências individuais.

Em outras palavras, as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, etc, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente, colocando muitos grupos em desvantagem em relação às políticas públicas e ao próprio direito à comunicação. É importante ressaltar que, independente da forma assumida, essas violências não ocorrem isoladamente ou aleatoriamente, isso porque elas “derivam de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (Saffioti, 2011, p. 85) e ocorrem motivadas “pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, em que as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas” (Bandeira, 2019, p. 293-294).

⁶ “A ausência de mulheres, em geral, e mulheres negras, em particular, dentre os perfis daqueles que trabalham com tecnologia no Brasil é percebida na pesquisa #QUEM CODABR, que identificou, não surpreendentemente, que o perfil nestes cargos é de homens - 68%, brancos - 58,3% e jovens de 18 a 34 anos - 77%, que começaram as suas trajetórias nos centros formais de ensino” (Cardoso, 2022, p.13)

Heleieth Safiotti explica que os crimes contra a mulher caracterizam-se pela inércia, pela passividade e pelo silêncio. “A violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida” (Safiotti, 2004, p. 154).

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), entre 2012 e 2021, período esse que compreende o ano da mobilização estudada, 583.156 pessoas foram vítimas de estupro e estupro de vulnerável no Brasil. Deste total, 88,2% das denunciante são mulheres. Além disso, 52,2% das vítimas eram negras, 46,9% brancas, e amarelos e indígenas somaram pouco menos de 1%. Apesar desses altos índices, o Dossiê Violência Sexual (2019), desenvolvido pela Agência Patrícia Galvão, pontua que menos de 10% dos crimes sexuais são denunciados.

Tendo em mente a perspectiva comunicacional do lugar de fala, em que “toda fala é uma interpretação interessada de uma situação-problema, complexamente composta de fatos de natureza social, fatos físicos, questões psicológicas” (Braga, 2000, p. 170) em articulação com os diferentes intertextos disponíveis na sociedade, podemos inferir que o mesmo ocorre com o ato da denúncia. Isto significa que a fala, ou seja, a denúncia, é vinculada com a descredibilização e culpabilização das relatoras, preocupações com a exposição e medo de represálias, entre outros discursos frequentes relacionados a temática da violência sexual.

Para além desta discussão, é importante salientar que as agressões são potencializadas ao estar restrita a um espaço privado, fechado e familiar. De acordo com Marcia Tiburi (2020, p. 106), “o reino do público se define pela ordem do poder e o reino do privado pela ordem da violência”. Assim, surge o slogan “o pessoal é político”, visando reinterpretar algumas desigualdades que haviam sido até então negligenciadas e construir uma política inerente à experiência.

Mais do que compreender as consequências políticas dos arranjos privados ou a ampliação das possibilidades de participação das mulheres na sociedade, entender o que passa na esfera privada e doméstica é uma forma de proteger as pessoas mais vulneráveis dos efeitos causados pelas relações de poder - especialmente em um contexto de isolamento social causado pela pandemia. “A garantia de privacidade para o domínio familiar e doméstico foi vista, por isso, como uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina” (Biroli, 2014, p. 32) e essa suposta proteção à privacidade da família e do ambiente privado “corresponderia a resguardar um espaço de violência contra as mulheres; não protegeria afetos, mas agressores.

[...] A liberdade para violentar, humilhar e manter a mulher em posição de objeto é que seria mantida” (Biroli, 2014, p. 42).

Deste modo, essas experiências narradas têm o intuito de “assumir o controle da própria vida, de tornar-se sujeito de si mesmo por meio do trabalho de reinvenção da própria subjetividade possibilitada pelo relato de si” (Marques; Biondi, 2016, p. 172). Como um gesto político, o sofrimento constitui-se narrativamente e “não pode ser pensado tendo como única referência a realidade dos fatos. Para que uma dor vivenciada seja partilhada a fim de mobilizar algum tipo de adesão é necessário que haja algum mínimo grau de empatia” (Marques; Biondi, 2016, p. 181).

Posto isso, trata-se de “nomear e tornar visíveis e verificáveis as experiências singulares e dissensuais que tornam uma condição intolerável” (Marques; Biondi, 2016, p. 168). Nesse sentido, as narrativas pessoais provocam a sensação de que uma determinada situação “poderia ter acontecido com qualquer uma, ou pelo menos de que o que aconteceu deveria concernir a qualquer uma. Está em jogo a percepção de um problema comum” (Bogado, 2018, p. 37). Mais ainda, essas mobilizações expõem “uma empatia que não se dá através de laços estreitos e íntimos, preestabelecidos por relações de proximidade e convívio anteriores ao evento da manifestação, mas por uma paradoxal pessoalidade impessoal” (Bogado, 2018, p. 36).

Assim, a adesão ao movimento pode ser comparada como uma avalanche feminista nas redes, “a qual o importante não é quem fala, mas o que se fala” (Belin; Rizzotto; Saraiva, 2021, p. 4). Para as autoras, as *hashtags* permitem amplificar uma demanda coletiva, por meio do compartilhamento de histórias e relatos pelas usuárias que não necessariamente se entendem como ativistas. Elas são capazes de gerar empatia, resistir a estruturas de dominação e tornar “a esfera pública ‘menos masculina’” (Belin; Rizzotto; Saraiva, 2021, p. 20).

Nesta arena organizada por acomodamentos, negociações, protestos, concessões, engajamentos, tensões e acordos que configuram territórios, instituições, conhecimentos e organizações, é que se estabelece repertórios de definições e respostas típicas a situações problemáticas (Cefaï, 2017). A partir disso, os grupos, organizações e instituições se movimentam, em lugares e momentos diversos, no bojo da insatisfação coletiva, para planejar enfrentamentos e iniciar o processo político, que ultrapassa o círculo das pessoas envolvidas. No caso da *#ExposedCG*, o compartilhamento entre amigas de uma dor causada por uma violência sexual foi o pontapé para identificação e reconhecimento de um distúrbio e, consequentemente, a problematização a respeito da culpabilização das vítimas e a profunda

desconfiança em relação às instituições públicas, como o sistema judicial. Com a publicização do primeiro relato, a mobilização ganhou vida, seja a partir da identificação de culpados e a enunciação das vítimas, seja pelas explicações e interpretações geradas a partir da determinação desse problema público ou pela denúncia de negligências do Estado, por exemplo. Posteriormente, quando a *hashtag* saiu do círculo dessas pessoas envolvidas e assumiu seu caráter viral, passamos a nos referir a um processo político, que agenda a mídia convencional e que mobiliza tanto a comunidade quanto os formadores de opinião (FIG.1).



FIGURA 1 - Identificação das estratégias políticas empregadas na *#ExposedCG* a partir da aplicação do conceito de arena pública de Daniel Cefaï (2017).

FONTE – Elaborado pelas autoras

Nesse sentido, de acordo com Manuel Castells (2013, p. 161), esses movimentos sociais “se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas” e são desencadeados por emoções que ajudam os participantes a superarem o medo e desafiar os poderes constituídos, visto que nascem de uma profunda desconfiança em relação às instituições políticas. “As pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprios e para a sociedade como um todo” (Castells, 2013, p. 170).

Motivados por propósitos comuns, os sujeitos políticos podem expandir as possibilidades de cooperação entre si e promover ações organizadas que ganhem a arena pública, especialmente quando se relacionam a assuntos referentes à política, conforme explicam as autoras Luciane Leopoldo Belin, Carla Candida Rizzotto e Aléxia Silva Saraiva (2021). “A integração entre os interesses das participantes de ações engajadoras nas redes sociais on-line pode ou não se tornar ação concreta fora das redes – um encontro pessoal, uma passeata, ou a simples aproximação das participantes, que se tornam amigas” (Belin; Rizzotto; Saraiva, 2021, p. 11).

A participação ganha contornos ainda mais relevantes na medida em que produz algum benefício para a comunidade política (Gomes, 2017, p. 22). Sendo assim, o papel das ativistas digitais neste sistema de produção da democracia digital é, justamente, “criar meios de participação, oferecer oportunidades para que estes meios possam ser usados e esperar que características incluídas nas oportunidades (constrangimentos ou recompensas) sejam suficientes para motivar a participação” (Gomes, 2017, p. 38-39).

Para Rousiley Celi Moreira Maia (2017), as pessoas ficam mais propensas a participar das questões políticas quando sabem que suas opiniões e posições serão levadas em consideração pelo grupo. Já Morgani Guzzo e Cristina Scheibe Wolff (2020, p. 2) consideram que as emoções atravessam e movem os corpos conforme o contexto social e as experiências vividas pelas pessoas afetadas. Dessa forma, os afetos determinam práticas e podem ser uma das razões pelas quais os participantes se engajam, seja pela identificação com a pauta, pelo sentido suscitado durante a manifestação ou pela afinidade com a forma de organização. O engajamento também envolve os marcos emocionais, como a frustração, alegria, euforia, indignação e a raiva, que podem ser utilizados para gerar adesão e/ou agregar valor na experiência das mobilizadoras, conforme destaca o Caderno de Comunicação para o Ativismo (2013).

3. Dos percursos aos resultados da pesquisa

Combinamos a Análise de Conteúdo de tweets coletados *#ExposedCG* com entrevistas em profundidade semiestruturadas com duas mobilizadoras, para compreensão dos aspectos comunicativos presentes na *hashtag* local, acionando sempre que possível as lentes analíticas interseccionais e a base epistemológica feminista.

Através do recurso de “busca avançada”, disponibilizado pela plataforma, reunimos 2.060 publicações indexadas à *#ExposedCG* no *X/Twitter*, sendo que cerca de 92.13% dos *tweets* estavam concentrados entre os dias 1º e 3 de junho de 2020. Diante deste levantamento, fizemos uma adaptação nos protocolos usados como referência, criados por Henrique Antoun e Fábio Malini (2013) acerca da *#spanishrevolution* e de Marlon Dias e Viviane Borelli (2018) a respeito da mobilização “Eu não mereço ser estuprada”. Com isso, foram criadas cinco categorias analíticas, empregadas em um recorte de 1.705 *tweets* publicados nos dias 1º e 2 de junho, quando a *hashtag* alcançou o *Trending Topics* da plataforma, e exemplificadas na Tabela 1, com destaque para alguns *tweets* indexados à *#ExposedCG*.

Categorias	Subcategorias	Componentes	Exemplos
Convocação		Convite à participação e à denúncia, com utilização de verbos no imperativo	<i>“NÃO se cale; NÃO tenha medo; a partir do momento que estiver te machucando e te desrespeitando DENUNCIE #exposedcg”</i>
Experiência	Relatos pessoais	Relatos, seja por texto ou em imagem, em primeira pessoa	<i>“O ano foi 2015, saí pela primeira vez sozinha com minhas amigas pra um bar, era no escobar, não tinha mt noção de bebida então dei uma exagerada, nisso eu estava ficando com um amigo da minha amiga e depois de sairmos do bar fomos pra casa dele, eu era muito inocente (...) foi quando ele me levou pro quarto dele e trancou a porta, começou a tirar minha roupa e eu não tinha força pra parar ele, então fiquei repetindo que não queria e que eu era virgem e ele começou a falar que era mentira, que eu dava pra todo mundo, que eu era safada, vagabunda, rodada, entre outras palavras horríveis e eu negando tudo e pedindo pra ele parar, foi quando ele estava tentando começar algo q minha amiga bateu na porta dizendo p irmos embora, se não fosse isso ele n teria parado e poderia ter acontecido algo pior (...)”</i>
	Expressão do desejo em participar do movimento	Indicação de desejo ou medo em relatar casos de assédio ou abuso sexual	<i>“Queria conseguir expor tudo que eu passei, mas isso ainda dói muito em mim. Não duvidem da dor de uma menina que já passou por uma situação de abuso, não permitam</i>

			<i>que ela se sinta culpada ou com medo de contar. Precisamos nos apoiar para superar essa dor. #exposedcg</i>
Midiatização	Visibilidade do movimento	<i>Tweets sobre o crescimento e visibilidade da hashtag no X/Twitter</i>	<i>"#exposedcg tá nos trending topics, me orgulho em ver q muitas meninas viram q não estão sozinhas, e se encorajaram a expor esses nojentos"</i>
	Agendamento da mídia convencional	Compartilhamento de notícias veiculadas pela mídia convencional	<i>"ROM POM POM POM #exposedcg Exposedcg: vítimas denunciam agressores e estupradores de Campo Grande no Twitter - Jornal Midiamax https://midiamax.uol.com.br/policia/2020/exposedcg-campo-grandenses-vitimas-de-abuso-e-estupro-denunciam-agressores-no-twitter/"</i>
	Discordância dos enunciados jornalísticos	Compartilhamento de notícias veiculadas pela mídia convencional acompanhadas de críticas à cobertura do movimento	<i>"Falsa porra nenhuma, quando tinha só 16 anos esse inseto me chamava pra fazer ensaio e falava que me queria (exatamente assim) e eu tenho conversas salvas que provam. #exposedcg" Retweet de @portalpopmais Fotógrafo de celebridades Deko é acusado de assédio sexual e se defende: "alegações falsas" https://portalpopmais.com.br/fotografo-de-celebridades-deko-e-acusado-de-assedio-sexual/</i>
Opinião	Apoio ao movimento	<i>Tweets que apresentem apoio e empatia pela situação sofrida, sem a presença de relatos em primeira pessoa no corpo do texto</i>	<i>"Se eu sou amiga do seu abusador me deixe saber. Sem pano pra criminoso. #ExposedCG"</i>
	Críticas ao movimento	<i>Tweets hostis em relação a hashtag</i>	<i>"#exposed cg pelo amor de Deus galera isso é assunto de polícia parem de querer resolver da maneira de vcs !!!! E se alguém mente o nome de outra pessoa por um simples ódio ! Isso pode custar a VIDA de um inocente !!! DENUNCIE E NÃO DIVULGUE EM UMA PÁGINA INÚTIL !"</i>
	Opiniões Eventuais	<i>Tweets opinativos em que conteúdo publicado não tem</i>	<i>"#exposedcg mds do ceu Campo Grande tá pior do que eu imaginava... Cacete"</i>

		algo contra ou à favor do movimento	
Pedagogização	Aprofundamento de pautas do movimento feminista	Tweets com materiais educativos e informativos sobre feminismos	<p><i>“Em 2018 foram 66 mil vítimas do estupro, ocorrendo em média 180 estupros POR DIA no Brasil e várias delas morreram durante o abuso. Algumas delas tentam cometer suicídio e outras ficam caladas. #exposedcg Seja físico ou verbal, ESTRUPO É CRIME E você como HUMANO deveria ouvir quem esta tentando falar sobre isso agora. Denunciem esses filhas putas E VOCÊ ACHA MESMO QUE NÓS QUEREMOS SER ABUSADAS PRA APARECER NO #exposedcg ???????”</i></p>
	Explicações sobre violência sexual e formas de denúncia	Tweets com materiais educativos e informativos sobre a violência sexual	<p><i>“dicas #exposedcg”</i> <i>Print de story com o texto: Só pra frizar, se um fotógrafo te convidou para um ensaio e: te pediu foto das roupas que você vai usar (em cima da cama ou no cabide) OK, normal (em verde)</i> <i>te pediu fotos suas usando as roupas (especialmente se forem peças íntimas) NÃO É NORMAL (em vermelho)</i> <i>Pediu que você fosse desacompanhada fazer as fotos com ele alegando qualquer razão "profissional" NÃO É NORMAL (em vermelho)</i> <i>Faz insinuações de cunho sexual em contexto não-solicitado, incompatível com o convite para as fotos NÃO É NORMAL (em vermelho) #exposedcg</i></p>

Tabela 1 - Levantamento de *tweets* coletados na #ExposedCG
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em consonância com nossos principais achados, vamos apresentar as respostas das entrevistas em profundidade a partir dos entendimentos sobre as estratégias comunicativas empregadas, feminismos e ativismos⁷. Segundo Antonio Carlos Gil (2022), é comum em pesquisas qualitativas o uso de entrevistas para a reconstrução de eventos vivenciados e a

⁷ Esta etapa foi realizada em junho de 2023 por meio de plataformas digitais, com duração de, no máximo, duas horas, em um ambiente que garantiu o sigilo das informações gravadas em áudio e vídeo para posterior análise dos resultados. As entrevistas tiveram um roteiro semi-estruturado, com perguntas como “Foram adotadas estratégias para aumentar a visibilidade da hashtag?”, “O que você esperava da mobilização? As suas expectativas foram alcançadas?” e “Na sua visão, o que não pode faltar em uma campanha ou mobilização de enfrentamento à violência de gênero?”, com objetivo de compreender como essas mobilizadoras compreendem a hashtag e as estratégias de comunicação empregadas.

obtenção de dados em profundidade, além de possibilitar “o conhecimento da experiência interna das pessoas, relacionada a suas crenças, sentimentos e valores. Pode-se dizer que ela [a entrevista] penetra diretamente na fonte de informação, possibilitando a compreensão do fenômeno sob a perspectiva dos participantes” (Gil, 2022, p. 96). Além disso, as entrevistas individuais permitiram maior liberdade de expressão e reduziram a pressão social e/ou constrangimentos que poderiam vir a ser causados por grupos focais com participantes de uma mobilização para denúncia de casos de violência contra a mulher, seja ela física, sexual ou psicológica.

Para garantir o anonimato e a confidencialidade das informações coletadas, optamos por identificar as participantes por meio de paralelos com as personagens Merida, do filme Valente, e Elena, da série Elena de Avalor. Assim como as duas princesas que protagonizaram importantes batalhas enquanto estavam envolvidas em uma trama de autoconhecimento, nossas entrevistadas tiveram um papel de destaque na *#ExposedCG*, um movimento de combate e enfrentamento da cultura do estupro.

Entre os dias 1º e 2 de junho de 2020, reunimos 1.113 *tweets* na categoria Opinião, 353 *tweets* na categoria Experiência, 146 *tweets* na categoria Miatização, 55 *tweets* na categoria Pedagogização e 38 *tweets* na categoria Convocação. A categoria Opinião, por meio das subcategorias “Apoio ao Movimento” e “Opiniões Eventuais”, reúne cerca de 62,52% do total de *tweets* analisados neste período, refletindo a facilidade em que as pessoas têm em opinar para demonstrar apoio (ou não) a uma luta.



Figura 2 - Quantidade de *tweets* por categoria
Fonte: Elaborado pelas autoras.

A categoria Convocação é a que possui o menor número de *tweets* indexados à *hashtag* no período analisado, correspondendo a 38 publicações. A palavra “denuncie” aparece 15 vezes, a expressão “não se cale” é repetida outras quatro vezes, assim como a palavra “exponham”, que é indicada em outras três publicações. No geral, essa categoria se vale principalmente de chamadas de ação, um conceito advindo do *marketing* no qual é possível notar a presença de um verbo imperativo que indica uma instrução ao público, criada para provocar uma resposta imediata.

A segunda categoria refere-se aos *tweets* com caráter opinativo. Visualizamos que 741 das 1.113 publicações enquadradas na categoria Opinião referem-se a apoio ao movimento, 47 a críticas ao movimento e 325 apresentam-se de forma eventual, sem algo contra ou à favor do movimento. No caso das postagens em que encontramos apoio para as reladoras, foi possível visualizar a repetição de frases como “uma por todas e todas por uma”, “você não está sozinha”, “força”, “estamos juntas” e “se eu sou amiga do seu abusador, me avise”.

Para Elena, uma das mobilizadoras entrevistadas, a conexão entre mulheres que já passaram por situações de violência foi um dos fatores que aumentou a adesão de vítimas de abuso e assédio sexual na *hashtag*:

Eu lembro que eu percebi que na época eram diversos casos, mas casos parecidos. Acontecia a agressão verbal, física, psicológica, sexual, e depois as mulheres eram que nem esponjas, pegavam a culpa para elas. Quando vem outras mulheres relatando a mesma coisa, um monte de mulheres falando “aconteceu isso também comigo e eu peguei a culpa para mim”, “eu também achei que era culpada”, “eu tentei resolver e não consegui”, eu acho que isso foi o que me deu força e eu acho que foi o que deu força para outras meninas também, de ir atrás, de denunciar, saber que aconteceu com outras pessoas também e que não estavam sozinhas (Elena, 2023).

Inferimos então, que se trata de uma ligação na qual sujeitos conectados possuem interações empáticas, ainda que estejam dispersos geográfica e temporalmente (Germano *et al.*, 2019, p. 504) e, são campanhas como essas, ao incitarem uma atitude de empatia e solidariedade, que marcam os ativismos contemporâneos construídos no âmbito das *hashtags*.

Somente em 31 das 741 postagens analisadas que integram a subcategoria de apoio à *hashtag*, é possível identificar a presença visível de marcadores masculinos, a partir da utilização de pronomes ou da flexão de gênero. Paralelamente, visualizamos a repetição de palavras como “mentira”, “invenção”, “boato”, “calúnia” e “difamação” nas publicações pertencentes à subcategoria “Críticas ao Movimento”. Ainda que não seja possível associar a publicações desta categoria a autores homens, entende-se a sua ligação com processos de

calúnia e difamação decorrentes da exposição de fotos, nomes e outras informações que permitem à identificação dos envolvidos nas publicações indexadas à *hashtag* e que, de certa forma, revitimizam as relatoras.

Em relação à categoria Experiência, das 353 publicações, cerca de 251 referem-se a relatos pessoais e outras 102 indicam o desejo de participar do movimento, geralmente escritas com alto teor narrativo e com riqueza de detalhes. Deste total, 41 *tweets* foram publicados por apenas uma usuária - Merida -, em nome de mulheres e homens que desejavam participar da *hashtag* de forma anônima.

Quando a perguntamos a respeito de suas motivações, foi possível perceber o papel dos marcos emocionais, principalmente da raiva, como fator desencadeador da criação da *hashtag* no âmbito local:

Em Campo Grande, eu estava inserida em um contexto de classe média alta. Nesse contexto de pessoas que têm um dinheiro, que têm um certo poder e uma certa influência em Campo Grande, eu sempre vi essas pessoas fazendo todas as piores coisas possíveis e não sendo responsabilizadas por nada que elas faziam e foram pessoas que cresceram sem consequências. [...] Eu queria que essas pessoas fossem expostas pelo o que elas fizeram. Era esse contexto que eu tinha raiva de que as coisas aconteciam e todo mundo fingia que não acontecia, tudo era acobertado, e me sensibilizei muito pela minha amiga, porque eu fiquei muito mal com o que tinha acontecido com ela de fato, e fora a minha posição de ser mais combativa e fazer as coisas. Eu fui um pouco, bastante, impulsiva na hora de fazer a *hashtag*. Eu não tinha a menor ideia do que ia virar e foi então, a maneira que eu, Merida, de 19 anos, consegui lidar com os meus sentimentos naquele momento (Merida, 2023).

Apesar da intensa participação na *hashtag*, a intenção de Merida era apenas lançar a *#ExposedCG* para que outras mulheres pudessem compartilhar de seus próprios perfis pessoais, mas a mobilizadora esbarrou na complexa articulação entre questões de natureza social, física e psicológica que regem a perspectiva comunicacional do local de fala. Como o ato de denúncia de casos de violência sexual está vinculado a desacreditização e culpabilização das relatoras, além de sentimentos como medo de represálias e vergonha, as mobilizações que fazem uso do anonimato acabam por chamar mais a atenção dessas relatoras.

A formação dessas redes que compartilham experiências e medos não só encoraja mulheres a relatarem uma violência, mas também estabelece coletivamente a possibilidade de construir culturas de resistência. Tendo em vista essa construção, a narrativa central para o ativismo de *hashtag* consiste na criação de histórias de forma coletiva e que facilmente poderão ser reconhecidas pelo público, em que a adesão gera “uma ‘performance narrativa pública’”(Vargues, 2022, p. 13).

Neste caso, a partir dessas narrações, as sujeitas e os sujeitos interpretam os acontecimentos e as posições de poder e de forças. “A organização narrativa do discurso, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória: realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados)” (Motta, 2013, p. 82). Isto é, mesmo que não intencionalmente, as mobilizadoras utilizaram-se de estratégias comunicativas, de modo a aumentar o engajamento ativista na *hashtag*. Uma delas seria, portanto, a narrativização dos acontecimentos, percebida nos relatos pessoais pela identificação do conflito, a riqueza de detalhes e, até mesmo, a performatização dos ocorridos a partir da apresentação de personagens com papéis bem definidos entre vítimas e vilões.

A quarta categoria analisada refere-se a forma em que determinadas causas são propagadas e se tornam públicas por meio da mídia. Neste caso, a maioria dos *tweets* vinculados à categoria Midiatização remetem à “Visibilidade do Movimento”, subcategoria associada a comentários em relação ao posicionamento da *hashtag* nos *Trending Topics* do *X/Twitter*, com espaço geográfico e temporal bem delimitados.

Consequentemente, no período analisado, foram levantadas 133 postagens com este teor, 12 a respeito do agendamento da mídia convencional e apenas uma em discordância dos enunciados jornalísticos. Aqui ressaltamos o choque e o orgulho dos participantes ao tuitar a respeito do destaque da *hashtag*, reconhecendo a importância da territorialidade quando assuntos locais, de um estado fora do eixo Sul-Sudeste do país, alcançam o cenário nacional.

No que tange ao uso dos sites de redes sociais para mobilizações de mulheres, vale também acionar o nosso referencial teórico como apoio para identificação das brechas encontradas frente às mídias convencionais e hegemônicas, com gênero, raça e classe social bem definidos. Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019) fazem uma reflexão sobre o papel que o jornalismo tem tido como reprodutor de valores dominantes de um mundo capitalista, patriarcal, ocidental e moderno. Para as autoras, a objetividade jornalística, permeada por um ideário falacioso da neutralidade, reforça a noção de um sujeito universal (homem, branco e heterossexual). Entretanto, por meio dos sites de redes sociais, essas sujeitas podem encontrar brechas para atuação política e agendamento de suas pautas em veículos de comunicação tradicionais.

A última categoria diz respeito ao caráter pedagógico de uma mobilização e é aqui, especialmente, que os movimentos sociais apresentam de forma mais evidente sua busca pela transformação de uma realidade. No caso da *#ExposedCG*, foram levantados 55 *tweets* com

esse teor, sendo 44 relacionados a explicações sobre violência sexual e formas de denúncia e 11 publicações vinculados ao aprofundamento de pautas do movimento feminista, como as questões sobre a autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo, a ausência da educação sexual das escolas, o machismo estrutural e os índices de violência sexual no Brasil.

Para além da divulgação de leis, pesquisas, notícias, cartilhas e telefones importantes, identificamos uma tática do movimento feminista contemporâneo em se incorporar não apenas das vivências pessoais, já trabalhadas anteriormente na categoria Experiência, mas também de outros produtos midiáticos, como séries, filmes, livros e podcasts, com intuito de estimular o interesse por tais debates e ganhar novas adeptas.

Apesar dos feminismos contemporâneos compreenderem a importância da pluralização de pautas e de englobarem uma maior quantidade de vivências, quando perguntamos para Merida o quão diversa a mobilização havia sido, a entrevistada respondeu enfaticamente a existência de um recorte específico de classe social:

Eu acho que foi voltado para uma classe social específica. Primeiramente, pessoas que usam o *Twitter*, então já é uma classe, já é um recorte e, como eu falei, eu estava inserida num meio de classe social média/alta, então também as primeiras pessoas atingidas foram essas e depois saiu do meu controle, então eu não sei. O meu, as pessoas que me mandaram, eram mais restritas a esse meio, mas depois virou algo muito maior, foi para a galera do Ensino Médio, então teve um *Exposed* das escolas. (Merida, 2023).

Portanto, compartilhando uma responsabilidade frente à perspectiva feminista e antirracista na pesquisa, não podemos nos permitir recair em um movimento que reforce a condição de Outra ou da “forasteira de dentro” (Collins, 2016). Ou seja, também é papel desta discussão refletir sobre até que ponto houve a construção de um discurso branco tido como universal, tal como aponta Cida Bento (2022, p. 50). Para a autora, há uma prerrogativa para a pessoa branca, a quem não é necessário a identificação nem quanto a gênero, nem quanto a raça, e a qual propicia “a naturalização de outros grupos em posições de subordinação e desqualificação”.

Posto isso, no que diz respeito aos números, dos 1.705 *tweets* levantados, apenas 453 apresentam marcadores de gênero visíveis, ou seja, identificam-se a partir da linguagem, por meio da flexão de substantivos, adjetivos e pronomes. Além disso, 64 publicações manifestam a idade, referindo principalmente ao momento em que se passa a violência sofrida; 29 fazem referência à sexualidade, seja ela heterossexual, bissexual ou homossexual; 20 fazem referência à classe social; dois apontam aspectos relacionados ao padrão corporal especificamente na

subcategoria “Relatos Pessoais”; dois *tweets* categorizados enquanto “Apoio ao Movimento” manifestam questões vinculadas a maternidade; e apenas uma publicação, pertencente à subcategoria “Críticas ao Movimento”, faz menção à raça. Por fim, outras 1.240 publicações não manifestaram marcadores sociais em seus conteúdos, correspondendo a 72,72% dos *tweets* analisados, o que pode ter sido causado por uma forma de autoproteção das mobilizadoras e/ou pela limitação de caracteres característica da plataforma. É importante ressaltar que esses dados não podem ser considerados fechados, visto que (1) não refletem a totalidade dos *tweets* indexados à *hashtag* e (2) a ausência de manifestação desses aspectos não representa a inexistência de trajetórias e vivências atravessadas por diferentes locais sociais por parte das mobilizadoras. Entretanto, pode nos trazer importantes reflexões a respeito do lugar simbólico de privilégios aos quais alguns grupos estão submetidos socialmente.

Considerações em tempos difusos

Os ativismos contemporâneos não só acarretam uma gama de possibilidades para atuação dessas mobilizadoras e para a popularização dos feminismos, como também verificamos a apropriação no sentido de desafiar a dominação, quebrar e/ou romper vozes hegemônicas, empoderar sujeitas (no plano coletivo) e manter o anonimato, algo importante em uma localidade geográfica extremamente violenta. Inferimos assim que os sites de redes sociais potencializam os movimentos ativistas, por meio da (a) oportunidade de contrapor e humanizar histórias que gerem comoção e identificação com outras participantes, de forma a pautar também a mídia convencional; (b) promoção do diálogo com outros agentes públicos e do incentivo a interação, de forma a desindividualizar os casos, experimentar um novo tipo de socialização e promover a tomada de consciência a respeito das opressões e condições estruturais das quais mulheres estão submetidas, ainda mais quando se encontram atravessadas por múltiplos marcadores sociais; e (c) politização de questões antes vinculadas à esfera privada e a mobilização de mulheres cada vez mais jovens diante das injustiças e insatisfações que as acometem.

Neste sentido, a mobilização estudada usou das seguintes estratégias político-comunicativas: criação de um problema público a partir de uma demanda coletiva, de acordo como aponta Daniel Cefaï (2017); ativação de valores que fazem parte do universo referencial de grupos específicos de mulheres; utilização de marcos emocionais; compartilhamento de experiências pessoais; criação do senso de pertencimento; utilização de memes; e agendamento

da imprensa local. Ainda como resultado desta pesquisa, consideramos que essa mobilização poderia ser potencializada a partir de nove sugestões que podem favorecer ainda mais a participação de mulheres campo-grandenses em *hashtags* como essas. São elas: (1) Criação de narrativas; (2) Geração de emoções; (3) Conhecimento do universo referencial das pessoas; (4) Ser sensível; (5) Utilização dos sites de redes sociais e da mídia convencional como aliados; (6) Promoção do diálogo; (7) Incentivo a participação; (8) Dar nome ao crime, contextualizar o episódio e incentivar as denúncias; (9) Reflexão sobre a interseccionalidade.

Com isso, estabelecemos que cumprimos nosso propósito nesta pesquisa e acreditamos ter respondido aos questionamentos de origem, colaborando de maneira propositiva para a construção de uma comunicação mais ativista e para o desenvolvimento de novas ações e campanhas que visem o enfrentamento da violência contra a mulher.

Paralelamente, identificamos também os entraves. Ao contrário da perspectiva entusiasta da qual estivemos envolvidas, verificamos que apesar do movimento estudado ter alcançado a multiplicidade de vozes, essa construção da consciência política alicerçou-se nos dramas, necessidades e demandas vivenciados e compartilhados por alguns subgrupos específicos de mulheres, sem a troca e o diálogo necessário capaz de evitar a universalização dos problemas que afetam essas relatoras. Isto é, sem a discussão a respeito da perspectiva interseccional e das condições que as afetam desproporcionalmente. Mais ainda, é importante ressaltar que reconhecemos também os privilégios desta visibilidade meteórica, visto que inicialmente atingiu meninas brancas de classe média, e as limitações causadas por um discurso que atribui vítimas e culpados, seja pela exposição direta dos envolvidos, que reverbera ameaças de processos por difamação, ou pelo descompasso entre as mobilizações sociais e órgãos formais de denúncia. Convém em estudos futuros problematizar a ausência de regulamentação das plataformas e a fragilidade na responsabilização das violências perpetradas contra mulheres em ambientes digitais, pois como lembra Cardozo (2022, p.8), na medida em que as mulheres ocupam as narrativas em rede, crescem os ataques cibernéticos, “convocando as ciberativistas a traçarem estratégias de cibersegurança, tendo como base suas experiências vivenciais dentro e fora da internet”.

Por fim, convém lembrar que esta pesquisa foi feita em um tempo, 2020, espaço, Mato Grosso do Sul, e corpus, então Twitter, demarcados – fatores obviamente indispensáveis para a viabilidade do processo científico – e, todavia, pode não alcançar a instantaneidade das tecnologias de controle e de algoritmização das sociabilidades ao bel prazer do sistema-mundo-

capitalista. Mais recentemente, a posição reacionista declarada pelos grandes preceptores das *bigtechs*, e a falta de quaisquer balizas éticas e democráticas, sequer no discurso, tornou o entendimento (e a utilização) desse ecossistema digital ainda mais arriscado. Dito isso, por enquanto ainda acreditamos em resistências e que a pesquisa traz achados que devem ser escrutinados, fortalecidos e, sobretudo, atualizados em nome das legítimas mobilizações contra a violência de gênero.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.
- ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.
- BANDEIRA, Lourdes M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: Formação e contexto. Bazar do Tempo, 2019. 400p.
- BELIN, Luciane L.; RIZZOTTO, Carla C.; SARAIVA, Aléxia S. MINHA FOTO NÃO TE AUTORIZA A NADA: dimensões públicas e privadas na ação narrativa no Instagram em publicações com a hashtag #naoexisteestuproculposo. In: **ANAIS DO 30º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/minha-foto-nao-te-autoriza-a-nada--dimensoes-publicas-e-privadas-na-acao-narrativa-no-instagram-em-publicacoes-com-a-has?lang=pt-br>. Acesso em: 28 agosto 2022.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**: introdução. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 152p.
- BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis F. **Feminismo e política**: uma introdução. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade, p. 23-42, 2018.
- BRAGA, José L.. “Lugar de fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. São Leopoldo: Coletânea “**Mídia e Processos Sócio-culturais**”, PPGCOM/Unisinos, 2000.
- CARDOZO, Glenda. A atuação estratégica de mulheres negras no combate às brechas digitais de gênero e raça. **Internet&Sociedade**, v.3, n.2, dezembro de 2022, p. 5-19.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.
- CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP** [Internet]. 2017; 36 (1). DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fevereiro 2023.

COLLINS, Patrícia H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002, p. 171-188.

DIAS, Marlon; BORELLI, Viviane. Processualidades do midiativismo no acontecimento “Eu não mereço ser estuprada”. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 838-859.

ESCOLA DO ATIVISMO. **Caderno de Comunicação para o Ativismo**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Caderno-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-para-o-ativismo.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2024.

GERMANO, Idilva M. P.; CARNEIRO, Jéssica de S.; LIMA, Aluisio F.; MARQUES, Ana C. B.; NATANSOHN, Graciela. Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede. In: COLAÇO, Veriana de F. R.; GERMANO, Idilva M. P.; MIRANDA, Luciana L. *et. al.*. **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora 2019.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

GOMES, Wilson. Participação política on-line: questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina S. Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e72429, 2020.

HOLLANDA, Heloisa B. de. Introdução. In: Hollanda, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

hooks, bell. **Teorias Feministas da Margem ao Centro**. Tradução: Rainer Patriota. 1ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MAIA, Rousiley C. M. M.. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MARQUES, Ângela; BIONDI, Angie. A vítima enunciada em redes: O dissenso como experiência estética. In: MENDONÇA, Carlos M. C.; DUARTE, Eduardo; FILHO, Jorge C. (Org.). **Comunicação e sensibilidade: Pistas metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016.

MIGUEL, Katarini. **Pensar a cibercultura ambientalista: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2014. 267 p.

MOTTA, Luiz G.. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 254p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARMENTO, Rayza. Ativismo Feminista online: mapeando eixos de atuação. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 7, ed. 1, p. 19-37, abril 2021. DOI <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v7i1.20245.g13274>.

SILVA, Marcia V. da; MORAES, Fabiana. A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA TEM RAÇA E TEM GÊNERO: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 25 fevereiro 2023.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. 126 p.

VARGES, Júlia P. 'UM DATE QUE CORREU MAL': violência sexual, exposeds e agência. In: **ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2022, Imperatriz. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/papers/---um-date-que-correu-mal-----violencia-sexual--exposeds-e-agencia?lang=en>. Acesso em: 28 agosto 2022.